

RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.603 - PR (2018/0279717-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : MARIA CLEUZA INÁCIO
ADVOGADO : IGOR EDUARDO BERTOLA BUTI - PR075900
RECORRIDO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : CLARA VAINBOIM E OUTRO(S) - PR058972

EMENTA

CIVIL. CONSUMIDOR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. CONTRATAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284 DO STF. NÃO CARACTERIZAÇÃO. VIOLAÇÃO. DIREITOS DE PERSONALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

MARIA CLEUZA INACIO (MARIA) promoveu contra BANCO PANAMERICANO S.A. (BANCO) ação declaratória de inexistência de débito c/c restituição de valores e indenização por dano moral sustentando que a inclusão de desconto no seu benefício previdenciário da chamada "Reserva de Margem Consignável (RMC)" para garantia de pagamento de cartão de crédito é abusiva.

O pedido foi julgado improcedente (e-STJ, fls. 216/218).

Interposta apelação pelo BANCO, o Tribunal de Justiça do Paraná negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO, CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. CONTRATO QUE NÃO SE CONFUNDE COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AFRONTA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONTRATO REDIGIDO DE FORMA CLARA E PRECISA. INSATISFAÇÃO DO CONTRATANTE QUE NÃO JUSTIFICA A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO. SENTENÇA MANTIDA.

1. A reserva de margem consignável implica no desconto de até 10% da renda mensal ou benefício previdenciário do contratante, sendo o valor destinado ao pagamento ou

amortização de dívida decorrente do uso de cartão de crédito. Logo, não se confunde com o contrato de empréstimo consignado.

2. Havendo no contrato cláusula dispondo de forma clara sobre o objeto do contrato, não há que se falar em nulidade por ofensa ao dever de informação.

3. A mera insatisfação do consumidor diante de espécie contratual diversa da que buscava firmar não autoriza a declaração de nulidade do contrato, tampouco condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais.

Apelação Cível não provida (e-STJ, fl. 274).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 322/325).

Inconformada, MARIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando, além de dissídio jurisprudencial, a ocorrência de violação dos arts. 1.022 do NCPC, (1) por ausência de manifestação precisa sobre as omissões apontadas, sobretudo quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao dano moral *in re ipsa*; (2) 6º, 31 e 54 do CDC, aduzindo que houve informação adequada à consumidora acerca do operação de empréstimo consignado vinculado a cartão de crédito, que gerou-lhe indubitado dano material e moral.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 430/432).

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal do Paraná deu provimento ao apelo nobre (e-STJ, fls. 435/436).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada violação do art. 1.022 do NCPC.

MARIA alegou violação do art. 1.022 do NCPC, afirmando que o TJPR não se manifestou integralmente e de forma precisa sobre questões essenciais ao deslinde do

feito, sem indicar quais as teses omitidas, em evidente alegação genérica de contrariedade ao referido dispositivo.

Nesses casos, ante a deficiente fundamentação do recurso, incide a Súmula nº 284 do STF, por analogia: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Esse é o entendimento desta Corte.

Confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ADVERTÊNCIA DE MULTA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se evidente o intuito infringente da presente irresignação, cujo objetivo não é suprir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

2. Não há como conhecer de apontada violação do art. 535 do CPC produzida de modo genérico, sem discriminar os pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais tenha incorrido o acórdão impugnado, sob pena de incidência da Súmula 284/STF.

3. Advertência de que a oposição de novos embargos de declaração de cunho protelatório ensejará a aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 518.754/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/4/2015, DJe 30/4/2015 - sem destaques no original)

(2) Do mérito

A Corte estadual, após análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela preservação da sentença, nos seguintes termos:

Não há razão para o provimento do recurso.

Pretende a apelante a reforma da sentença que julgou improcedente seu pedido de declaração de inexistência de

dívida, cumulada com indenização por danos materiais e morais.

Segundo afirma, não houve a observância do dever de informação por parte do apelado, pois induziu o apelante a adquirir produto diverso do que almejava. Afirma que a sua intenção era firmar contrato de empréstimo consignado, e não empréstimo consignado da reserva de margem consignável (RMC), o qual é utilizado para o pagamento da fatura do cartão de crédito.

Não obstante, a documentação juntada aos autos impede a reforma da sentença.

O contrato firmado entre as partes, intitulado de “termo de adesão ao regulamento para utilização do cartão de crédito consignado Pan” - nome que, aliás, já revela não se tratar de mero contrato de empréstimo consignado - contém cláusula prevendo expressamente como seria feito o desconto e para qual finalidade.

A cláusula está redigida de forma clara, com letras de fácil leitura e compreensão. O contrato não é extenso, valendo-se de concisão e dados precisos, suficientes para informar o contratante sobre o objeto do negócio jurídico.

A propósito, oportuna a transcrição da cláusula que descreve a forma de desconto e o destino do valor:

“AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO – ADF Desde que o PAN possua convênio vigente com a minha Fonte Pagadora permitindo o pagamento de faturas mediante consignação em folha de pagamento, de forma irrevogável e irretratável (i) AUTORIZO que minha Fonte Pagadora reserve margem consignável dos meus vencimentos até o limite legal, para o pagamento parcial ou integral das minhas faturas;

(ii) DECLARO que possuo margem consignável disponível, bem como que tenho conhecimento de que eventuais valores que sobejarem a minha margem consignável deverão ser pagos por meio da fatura emitida pelo PAN, e; (iii) SOLICITO que minha Fonte Pagadora faça o repasse dos valores descontados dos meus vencimentos diretamente ao PAN sempre em meu nome, garantindo o abatimento desse valor do total da fatura. A presente autorização é, sendo o caso, extensível ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, na qualidade de Fonte Pagadora, conforme preceitua a legislação vigente.” 2 Como se vê, não há dúvida de que se trata de empréstimo destinado a formação de margem consignável para o pagamento de fatura de cartão de crédito. Em momento algum o contrato fala de empréstimo consignado. Se a apelante tinha a intenção de obter empréstimo consignado deveria ter se valido de outra espécie contratual, ou mesmo recorrido a outra instituição financeira.

Simplesmente recusar a vigência do contrato, buscando a declaração de inexigibilidade de valores, revela o seu total desconhecimento acerca da vigência e validade de um contrato.

Ora, o princípio do pacta sunt servanda, base da teoria contratual, é de força obrigatória. Isso significa que o contrato obriga as partes no limite da lei. No caso, não há nenhum elemento que permita concluir pela afronta legal, justificando a declaração de ilegalidade almejada pela apelante.

Pelo contrário. O que se verifica é o arrependimento de um dos contratantes diante de espécie contratual que não atende os seus anseios. Estar descontente com o bem jurídico contratado não autoriza a declaração de ilegalidade, mas sim eventual rescisão, com as penalidades cabíveis.

Veja-se que não faz sentido algum a apelante querer se desvencilhar do desconto se ela mesma junta aos autos fatura do cartão de crédito, a qual chegou a afirmar que não recebeu. Ademais, é totalmente indiferente o cartão ainda estar bloqueado ou não, pois o contrato autorizou desconto de parte de seu salário para a formação da margem para pagamento das faturas. A operação desconto em folha não depende da utilização do cartão.

Nem mesmo as elaboradas alegações feitas ao longo das razões recursais justificam a declaração de inexigibilidade, tampouco a devolução de valores a título de dano material, ou mesmo dano moral.

A reserva de margem consignável atrelada aos contratos de cartão de crédito vem sendo referendada pela jurisprudência, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. DECISÃO LIMINAR QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS A ESTE TÍTULO. CONTRATAÇÃO DEMONSTRADA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM A PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO PELO AUTOR. DECISÃO REFORMADA.

Agravo de instrumento provido.

(TJPR - 15ª C.Cível - AI - 1674096-6 - Paranavaí - Rel.: Elizabeth M F Rocha - Unânime - J. 26.07.2017)

APELAÇÃO CÍVEL. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.

PACTUAÇÃO EXPRESSA. DESCONTOS LEGÍTIMOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. *Diante da contratação expressa, o lançamento autorizado de reserva de margem consignável nos proventos do autor referente ao cartão de*

Superior Tribunal de Justiça

crédito não constitui conduta ilícita. APELO NÃO PROVIDO. (TJPR - 15ª C.Cível - AC - 1474326-5 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Hayton Lee Swain Filho - Unânime - J. 17.02.2016) Portanto, ainda que a apelante tenha tentado demonstrar a ilegalidade desta operação, não há elementos que permitam concluir pela nulidade do contrato, razão pela qual é totalmente improcedente os pedidos de declaração de inexigibilidade, dano material e moral. (e-STJ, fls. 275/278).

Nesse contexto, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal Estadual, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator